

ANÁLISE DE UM PROCESSO NO ÂMBITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL EM SEUS ASPECTOS



BRASIL, Jonathan Gonçalves¹, DE OLIVEIRA, João Luis Medeiros Torma ¹. LUCAS, William Augusto Westphal¹ MEDINA, Ronaldo Caceres¹, TENÓRIO, Hellen Tisiane Gonçalves¹, AVILA, Francine², DE OLIVEIRA, Juliana Gonçalves², PERBONI, Viviane², RODRIGUES, Natália Centeno²,

¹ Discentes do Curso de Direito, Nível 3 2019/1- Faculdade UNIDEAU - Bagé/RS.

² Docentes do Curso de Direito, Nível 3 2019/1 - Faculdade IDEAU - Bagé/RS.



MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
Mostra de Criação e Inovação

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Juizado Especial Cível (JEC) são órgãos pertencentes a justiça comum de cada estado, que integram o seu poder judiciário, que tem como objetivo promover a conciliação, o processo, o julgamento e a execução de forma mais ágil do que os trâmites burocráticos da justiça convencional. As causas que o JEC costuma resolver, são as consideradas de menor complexidade diante da legislação para serem resolvidas, o valor máximo aceito para elas poderem ser ingressadas no JEC são de até 40 salários mínimos, somando todos os gastos previsíveis para dar andamento aos trâmites burocráticos, sendo que as causas com valores de até 20 salários mínimos.

OBJETIVOS

O presente projeto visava trazer um conceito prévio do JEC em se tratando do direito constitucional, e no direito empresarial, buscamos analisar o processo objeto do nosso estudo, vendo a sua influência econômica, estudando a característica abordada pelo direito civil, veremos quais as obrigações que rodeiam a empresa e ela se tratando de uma pessoa jurídica, visaremos buscar a sua responsabilidade como tal.

Através de pesquisa bibliográfica, visamos expor alguns problemas e explicá-los através do levantamento de informações feitas com a pesquisa de matérias já disponíveis, em recursos bibliográficos por meios físicos (jornais, livros) ou meios digitais (conteúdos já publicados em sites oficiais, artigos científicos).

METODOLOGIA

Como coleta de dados foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que se fez por uso de revistas, artigos científicos e sites da internet como o site oficial do Planalto, Portal da Câmara dos Deputados, dentre outros.

A origem do objetivo estudado é a análise de um caso verídico e que acontece no cotidiano diariamente, e o método de pesquisa em que deu-se foi o dialético, como podemos acompanhar na pesquisa que ao longo dos anos a Constituição Federal sempre teve algumas mudanças.

Foi utilizada a pesquisa exploratória como tipo de estudos, o mesmo encontra-se disponível no Sistema Portal do Processo Eletrônico, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, sendo de natureza indenizatória. Como se tratava de um processo já concluso, não foi possível a realização da entrevista, então foi usado como base o processo civil como material introdutório.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foi possível observar, que ao longo do processo analisou-se que a requerente buscou por inúmeras vezes solucionar o problema em seu aparelho celular, esgotando as possibilidades, a mesma achou necessário, procurar o Código de Defesa do Consumidor. Observamos que por vezes é possível, sanar essas situações de maneira mais prática, para que não haja um desgaste tão grande por parte do consumidor, e por vezes é notório dizer que muitos desistem de procurar seus direitos por conta da burocracia encontrada em face das empresas que fornecem o serviço, não restando opções, acabam por socorrer-se do judiciário.

No Brasil, as considerações de conveniência do foro que, nos Estados Unidos, podem ser feitas discricionariamente pelo juiz do caso, foram objeto de preocupação legislativa traduzida nas regras sobre competência geral internacional, dispostas nos artigos 88 e 89 do Código de Processo Civil. O caput do artigo 88 diz: “É competente a autoridade judiciária brasileira quando:”. Os incisos que se seguem retratam as hipóteses, em matéria cível, que o legislador entendeu como convenientes ao julgamento pelo Estado brasileiro. No artigo 89 lê-se: “Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra:”, ao que se segue uma lista de matérias cujos conflitos não são apenas convenientes ao conhecimento do Judiciário brasileiro, mas sim exclusivos deste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou um processo civil, onde uma pessoa física aciona uma pessoa jurídica em prol da resolução de um problema que veio ocasionar o desacordo entre as partes. Podemos contemplar que o Juizado Especial Cível, objetiva promover a conciliação, buscando de maneiras ágil e eficiente, solucionar causas de valores menores de 40 salários mínimos.

Acerca de uma das participantes no embate judicial, trata-se da APPLE COMPUTER BRASIL LTDA, a qual é uma empresa do tipo de desenvolvimento de aparelhos eletrônicos e celulares, uma empresa limitada. Como a empresa APPLE goza de certo prestígio contemporâneo, é importante salientar o serviço o qual presta, geralmente estabelecendo uma relação jurídica de caráter transitório, com a relação de credor e devedor. Relação essa estabelecida com a pessoa física no processo o qual foi analisado, então todo o negócio jurídico foi firmado a luz do Código Civil. No Brasil, os Juizados Especiais, prestam relevantes serviços ao longo dos anos à sociedade, e podemos vislumbrar a crescente do Direito Empresarial, desde Brasil monárquico até ao vigente Novo Código Civil, e cabe citar que sempre houve o acompanhamento da evolução da sociedade por parte do legislativo, adaptando-se a demanda na qual viu o comércio emergir e criar subterfúgios para sua inovação.